



JUNHO DE 2013 EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: AS RAÍZES URBANAS E AUTONOMISTAS DA REVOLTA

JUNE 2013 FROM A HISTORICAL PERSPECTIVE: THE URBAN AND
AUTONOMOUS ROOTS OF THE RIOTS

Erick Omena

Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador associado ao INCT Observatório das Metrópoles.

Rafael de Souza

Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador associado ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – Cebrap.

RESUMO

O presente artigo busca esmiuçar as origens e o desenrolar histórico de Junho de 2013. Passados dez anos das manifestações que chacoalharam o Brasil, o esforço intelectual para compreendê-las permanece uma tarefa difícil, pois a multiplicidade de significados e a disputa pelos sentidos de Junho acarretam dificuldades de interpretação. A literatura acerca dessas manifestações privilegiou duas teses principais. A primeira delas enfatiza o processo de ascensão social nos governos petistas e a suposta incompatibilidade desse processo com as revoltas. Essa visão reforça o caráter repentino dos protestos, construindo-os como um “raio em céu azul”, quase irracional. A segunda vertente analisa os protestos como um conjunto de manifestações de várias ordens políticas ideológicas, o que, nesse prisma interpretativo, faria de Junho de 2013 a inauguração de um ciclo político de direita no Brasil contemporâneo, isto é, as manifestações teriam gestado o “Ovo da Serpente”, que culminaria nas eleições de 2018, por exemplo. Já a hipótese aqui apresentada segue outra direção. Parte-se do pressuposto de que há uma interrelação importante entre causas estruturais e a agência dos atores políticos enraizados nesses processos. Por essa lente, argumenta-se que a revolta foi também resultante da combinação de um processo progressivo e contínuo de piora das condições de vida nas grandes cidades e do surgimento de uma cultura de protesto autonomista responsável por “moldar” simbolicamente esses problemas estruturais em um conjunto de experiências de rejeição às elites econômicas e ao sistema de representação política. Em outras palavras, entende-se que o autonomismo foi a chave interpretativa principal pela qual as mobilizações puderam ganhar a tração e magnitude que ganharam. O artigo defende essa tese alternativa fazendo uso de dados quantitativos, detalhando o contexto de crise urbana estrutural, e mobilizando técnicas qualitativas de análise de documentos para mapear a construção e difusão dessa cultura autonomista de protestos.

PALAVRAS-CHAVE: Junho de 2013; crise urbana; autonomismo; movimentos sociais.

ABSTRACT

This article seeks to examine the origins and historical development of June 2013. Ten years after the demonstrations that shook Brazil, the intellectual effort to understand them remains a difficult task, as the multiplicity of meanings and the dispute over the senses of June lead to interpretation difficulties. The literature about June favored two main theses. The first of them emphasizes the process of social ascension in PT governments and the supposed incompatibility of this process with the revolts. This view reinforces the sudden character of the protests, constructing them like a “bolt from the blue”, almost irrational. The second strand analyzes the protests as a set of manifestations of various ideological political orders, which, in this interpretative prism, would make June 2013 the inauguration of a right-wing political cycle in contemporary Brazil, i.e., the demonstrations would have gestated the “serpent egg” that would culminate in the 2018 elections, for example. The hypothesis presented here follows another direction. It is based in the assumption that there is an important interrelationship between structural causes and the agency of political actors rooted in these processes. Through this lens, it is argued that the revolt was also the result of a combination of a progressive and continuous process of worsening of the living conditions in large cities and the emergence of an autonomist protest culture responsible for symbolically “shaping” these structural problems into a set of experiences of rejection of economic elites and the political representation system. In other words, it is understood that autonomism was the main interpretive key through which the mobilizations were able to gain the traction and magnitude they gained. The article defends this alternative thesis making use of quantitative data, detailing the context of structural urban crisis, and mobilizing qualitative techniques of document analysis to map the construction and diffusion of this autonomist culture of protests.

KEYWORDS: June 2013; urban crisis; autonomism; social movements.

Introdução

Mesmo dez anos após sua eclosão, as manifestações de Junho de 2013 mantêm seu caráter enigmático. Apesar da década transcorrida e das vantagens do distanciamento histórico, parece ainda haver especial dificuldade em se alcançar consensos em torno de explicações sobre a marcante revolta. Isso se dá por dois grandes motivos. Em primeiro lugar, porque não se trata de acontecimento simples, com significativa multiplicidade de fatores atrelados a sua origem e desdobramentos. Em segundo lugar, porque a leitura sobre aquele ciclo de protestos tem sido objeto de disputa permanente, uma vez que sua ressignificação tem impactos relevantes na correlação de forças políticas atuais.

Qualquer tentativa de se produzir avanços na compreensão das causas históricas daqueles eventos deve ter em mente tais dificuldades. E reconhecer que certos posicionamentos neste debate fazem muito mais sentido sob a perspectiva dos interesses dos agentes políticos disputando os significados de Junho de 2013 do que para a construção de explicações plausíveis sobre suas origens e consequências. Assim, faz-se necessário primeiramente “limpar o terreno”, descartando de antemão algumas das teses com grande reverberação em certos círculos sociais e acadêmicos, mas que devido a sua falta de sustentação empírica e teórica acabam mais atrapalhando do que ajudando.

A mais disseminada delas consiste na ideia de que não havia nenhuma razão aparente para tanta revolta. Nessa perspectiva, as manifestações teriam surgido “do nada”, “sem que se soubesse muito bem por quê” (SINGER, 2018, p. 104), configurando-se portanto como “raio em céu azul”, de causas “misteriosas” (SINGER, 2018, p. 28). Implícito nesta leitura está o entendimento de que crescimento econômico e distribuição de renda do trabalho seriam incompatíveis com descontentamento popular, reduzindo os cidadãos nas ruas a emergentes ingratos ou a uma classe média tradicional insatisfeita com a inclusão dos mais pobres no mercado de consumo interno. Para além de uma percepção muito restrita dos possíveis gatilhos materiais da insatisfação coletiva, a tese relega a

movimentação de milhões de pessoas ao inexplicável e assim pende para uma posição mistificadora da realidade social que gerou os protestos.

Tal (ausência de) explicação acabou por abrir espaço para teses mais problemáticas. Diante da suposta impossibilidade de identificar fatores causadores da revolta, restaria apenas creditá-las às forças ocultas estrangeiras, que implicadas em uma “guerra híbrida”, teriam manipulado as massas para desestabilizar um governo supostamentepositor de poderosos interesses geopolíticos internacionais (LEIRNER, 2020). Além de prover uma explicação conspiracionista que estabelece causalidades sem real suporte empírico e lógico, esta é uma leitura bastante reducionista, pois restringe a dinâmica política interna a uma resultante de interesses geopolíticos, negando a relevância de processos contenciosos locais e nacionais. Ironicamente, a ideia, em sua base lógico-argumentativa, está alinhada com as leituras do mais famoso ideólogo da extrema-direita brasileira, que naquele mês associou as manifestações a uma conspiração de elites estrangeiras “globalistas” (CARVALHO, 2013).

Por último, há ainda teses mais elaboradas e nuançadas que colocam o fato das manifestações terem acontecido durante um governo federal de centro-esquerda e o antipetismo no cerne das explicações (ALONSO, 2023). Para alguns alinhados com essa perspectiva, os protestos só poderiam ser vistos como o “Ovo da Serpente”, pois teriam causado a queda de Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão da extrema-direita em 2018 (DIEGUEZ, 2022). A partir do estabelecimento dessas supostas conexões causais, está implícita a ideia de que houve um protagonismo da direita oposicionista já em Junho de 2013. Na verdade, tanto os levantamentos realizados naquele momento (DATAFOLHA, 2013; GLOBO, 2013) quanto as pesquisas recentes mais avançadas sobre a ascensão da extrema direita no país demonstram que tal protagonismo não existiu (ROCHA, 2023), ainda que grupos minoritários mais à direita que já vinham se mobilizando nos anos anteriores tenham tentado capturar os protestos (ALONSO, 2023). Mesmo no fim daquele mês, quando as reivindicações tendiam a se tornar mais heterogêneas, ainda predominavam pautas historicamente ligadas a grupos de esquerda nos cartazes

empunhados pelos manifestantes (ANDRÉS, 2023). Trabalhos especificamente realizados sobre as manifestações antipetistas capitaneadas por movimentos de direita do fim de 2014 em diante encontraram poucas semelhanças ou conexão direta com 2013 (ORTELLADO e SOLANO, 2016; TATAGIBA, 2017; TATAGIBA e GALVÃO, 2019).¹

Considerando tais ponderações como ponto de partida, o presente artigo tem por objetivo contribuir para a construção de uma perspectiva alternativa, baseada em pressupostos mais adequados para se avançar na compreensão das origens de Junho de 2013 do que aqueles até aqui explicitados. Central para tal tarefa é reconhecer a agência de manifestantes como sujeitos políticos. É incontornável levar a sério as razões explicitadas, naquele momento, pelos próprios participantes para irem às ruas, mais do que os interesses eventualmente afetados por aqueles eventos. Da mesma forma, é importante ter um olhar mais atento para as formas adotadas pela mobilização especificamente naquele mês, até então inéditas no âmbito das grandes manifestações públicas de descontentamento no país.

Como caminho metodológico, optou-se pela investigação sobre a linhagem histórica tanto das condições de vida relacionadas às principais insatisfações explicitadas pelos manifestantes quanto das novas formas de manifestação evidenciadas em Junho de 2013. Assim, a seção que sucede esta introdução inicialmente utiliza dados quantitativos gerados por institutos de pesquisa de opinião durante o auge dos protestos para identificar suas motivações, ações e composição social. Na sequência, explora levantamentos estatísticos variados que permitem a construção de tendências históricas da avaliação dos serviços urbanos mais criticados pelos manifestantes, isto é, transporte público, saúde e educação, bem como da percepção coletiva sobre a

¹ O fato da Operação Lava Jato só ter se iniciado em março de 2014 e dos novos grupos de direita com relevância no cenário pós-2015 só terem sido efetivamente criados no fim daquele mesmo ano, enquanto greves e ocupações se fortaleciam nos meses imediatamente posteriores a Junho de 2013 em várias capitais, sugere uma lacuna temporal significativa e difícil de ser explicada nesta chave.

qualidade da representação política no país, também muito atacada. Já as quatro seções seguintes traçam o panorama histórico da evolução do repertório de manifestação especialmente marcado pela ideia de autorrepresentação e utilizado ao longo de Junho de 2013 e nos meses posteriores, em especial no que diz respeito à ocupação permanente de espaços públicos, à ação direta e à horizontalidade decisória, a partir de um conjunto de dados qualitativos como registros escritos e fotográficos. Por último, a seção final expõe brevemente as principais conclusões oriundas desta jornada investigativa.

Tendências estruturais no contexto pré-2013

A investigação das causas estruturais que desencadearam os eventos de Junho de 2013 envolve, primeiramente, a caracterização das manifestações. Para tanto, são consideradas as motivações expressas pelos manifestantes para irem às ruas e as principais formas de mobilização por eles adotadas, bem como a composição socioeconômica do grupo mobilizado. A partir dessa definição, traça-se a linhagem histórica das características identificadas, com destaque para as tendências urbanas e socioeconômicas em curso nos anos e décadas anteriores.

A consecução do primeiro passo ocorreu por meio da utilização de dados levantados pelo Ibope no dia 20 de junho de 2013 em ao menos oito das principais cidades do país (GLOBO, 2013). A data e abrangência geográfica da coleta dos dados é especialmente relevante, pois o momento representou o auge das mobilizações naquele mês, considerando o excepcional contingente de mais de um milhão de pessoas nas ruas de centenas de cidades. Já o passo seguinte, de identificação de tendências históricas relacionadas às causas imediatas das manifestações, terá por base a utilização de diversos dados disponibilizados tanto por algumas das principais instituições de pesquisa estatística do país, como o IBGE e o Ipea, quanto por diversos órgãos governamentais responsáveis pelas respectivas políticas públicas.

Caracterizando as manifestações

Considerando os dados levantados, é possível dizer que as manifestações de Junho de 2013 foram fundamentalmente impulsionadas por uma profunda insatisfação com o sistema político do país, dando assim sinais de possível conexão com a crise de representação presente em diversos países (PRZEWORSKI, 2020). Mais de 65% dos manifestantes indicaram motivações ligadas ao “ambiente político”. A decepção com representantes políticos é particularmente expressa por outros dados ainda mais contundentes: 89% dos manifestantes não se sentiam representados por nenhum partido político. Em torno de um quinto das pessoas nas ruas não havia comparecido para votar nas eleições municipais do ano anterior. E a mesma medida para as eleições presidenciais de 2010 ultrapassou a marca de 25%. Portanto, a ampla descrença perante os canais institucionais de participação política indica conexão direta com o aprofundamento da crise de representação e de representatividade das principais instituições brasileiras em curso há décadas (MIGUEL, 2018).

A motivação declarada das manifestações de Junho de 2013 também está diretamente ligada à insatisfação com a degradação da condição de vida nas principais cidades brasileiras e com a insuficiente oferta de serviços públicos urbanos essenciais: 53,7% dos manifestantes indicaram o transporte público como uma das principais razões para ir às ruas, enquanto 36,7 % e 29,8% também mencionaram problemas ligados às políticas de saúde e educação, respectivamente. No mesmo sentido aponta a menção de 30,9% à discordância com a prioridade dada a investimentos públicos voltados a megaeventos esportivos, entendidos como desperdício em um contexto de insuficiência de serviços urbanos básicos.²

² Os percentuais não devem ser somados, pois a pesquisa original permitia ao entrevistado indicar mais de uma razão (GLOBO, 2013).

Os meios utilizados para transformar essas duas principais fontes de indignação em protestos de massa foram particularmente relevantes por indicarem uma novidade. Se, por um lado, apenas 18% das pessoas nas ruas tomaram conhecimento das manifestações por meio da TV ou do rádio, por outro, 62% foram informados por meio da rede social virtual Facebook, sendo essa a principal fonte citada. No mesmo sentido, 86% dos manifestantes utilizaram redes sociais virtuais para se mobilizar, novamente com amplo destaque para o Facebook, seguido pelo Twitter. Isso indica que os eventos de Junho de 2013 estão diretamente relacionados a um desgaste não apenas das instituições políticas no Brasil, mas também dos tradicionais canais de comunicação brasileiros que, ao menos naquele momento, parecem ter perdido seu histórico protagonismo na construção da opinião pública (NOBRE, 2013).

Por último, os dados relativos à composição socioeconômica do corpo de manifestantes revela considerável heterogeneidade, com representação significativa de distintas faixas de renda, idades e sexos, ainda que certamente alguns grupos tenham alcançado sobrerrepresentação. Do ponto de vista da identificação da origem da revolta, esse fato indica substantiva dissipação social da insatisfação. A exceção a esta regra aparece apenas na divisão por escolaridade, pois as pessoas com mais baixa escolaridade (ensino médio incompleto ou inferior) tiveram pouquíssima presença nas ruas.

Tabela 1: Renda dos manifestantes do dia 20/6 em oito estados

Renda familiar	(%)
Até dois salários-mínimos	15
Acima de 2 até 5 salários-mínimos	30
Acima de 5 até 10 salários-mínimos	26
Acima de 10 salários-mínimos	23
Não responderam	6

Fonte: O Globo, 2013.

Tabela 2: Idade dos manifestantes do dia 20/6 em oito estados

Idade	(%)
14 a 24 anos	43
25 a 29 anos	20
30 a 39 anos	18
40 ou mais anos	19

Fonte: O Globo, 2013.

Tabela 3: Sexo dos manifestantes do dia 20/6 em oito estados

Sexo	(%)
Feminino	50
Masculino	50

Fonte: O Globo, 2013.

Tabela 4: Escolaridade dos manifestantes do dia 20/6 em oito estados

Escolaridade	(%)
Até ensino médio iniciado	8
Ensino médio completo ou ensino superior iniciado	49
Ensino superior completo	43

Fonte: O Globo, 2013

Assim, tendo em vista o conjunto das informações apresentadas anteriormente, pode-se afirmar que as causas imediatas das manifestações de Junho de 2013 estão diretamente conectadas à percepção generalizada 1) de insuficiência representacional das instituições políticas brasileiras, 2) de degradação das condições de vida nas principais cidades do país em função da insuficiência de serviços públicos urbanos, com destaque para os setores de transporte, saúde e educação e 3) à construção, expressão e disseminação dessa percepção excepcionalmente por meio de novos meios de comunicação, em detrimento dos canais midiáticos mais tradicionais.

A próxima subseção buscará historicizar essas três principais características, identificando tendências a elas relacionadas. Para tanto, estará norteada a partir da seguinte indagação geral: será que o estopim da revolta popular realmente se deu em cenário que indicava improbabilidade de grandes mobilizações – o famoso “raio em céu azul”? Ou já haveria sinais no pré-2013 indicando transformações possivelmente impulsionadoras de grandes insatisfações e mobilizações?

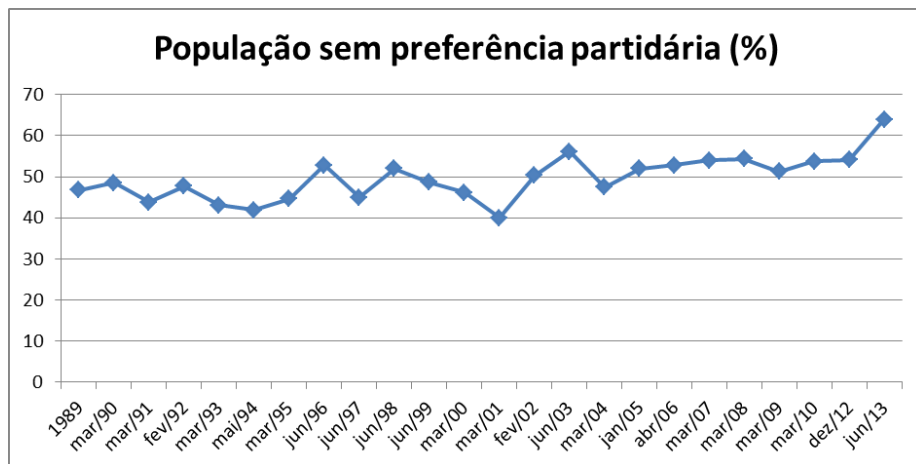
Historicizando as origens da revolta

Percepção de insuficiência representacional das instituições políticas

Algumas tendências de desgaste das instituições de representação política já podiam ser notadas no desenvolvimento da Nova República, com especial intensificação nos anos imediatamente anteriores a 2013. De acordo com

levantamento do Ibope, os últimos meses de 2012 registraram o nível mais alto de brasileiros sem preferência por nenhum partido desde a redemocratização (DUALIBE e TOLEDO, 2013). Dados do Datafolha revelam diagnóstico semelhante, indicando um acúmulo ao longo de décadas: se na década de 1990 os “sem partido” se mantiveram quase sempre na faixa entre 40 e 50% da população, na maior parte dos anos 2000 e no início dos 2010 o indicador esteve na faixa entre 50 e 60% do total, conforme demonstrado no gráfico abaixo. É exatamente em junho de 2013 que, pela primeira vez, a medida alcança a faixa entre 60 e 70% (DATAFOLHA, vários anos).

Gráfico 1: População sem preferência partidária – 1990/2013



Fonte: Datafolha, vários anos.

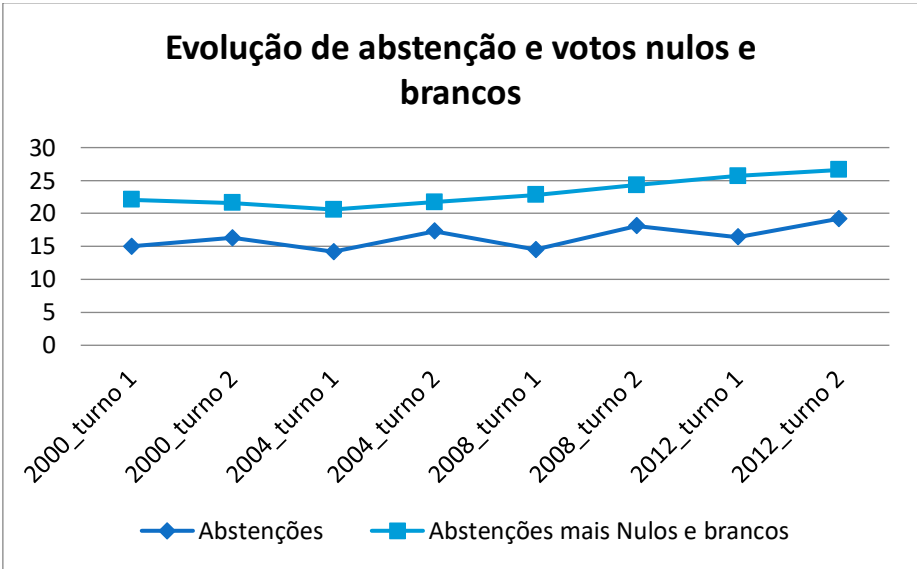
Contudo, é a intensificação do desgaste nos últimos anos do período pré-2013 que mais chama a atenção. No curto intervalo entre 2010 e 2012, a parcela do eleitorado brasileiro que não sente nenhuma confiança nas eleições salta de 14% para 22%, sendo essa a instituição com maior aumento de extrema desconfiança no período, dentre outras 17 avaliadas. Além disso, destaca-se o fato de que naquele momento partidos políticos e congresso nacional eram as duas instituições que mais geravam extrema desconfiança no país –

respectivamente, de 39,7% e de 31,5% da população. Ambas também excepcionalmente apresentavam rejeição em considerável ascensão (IBOPE, vários anos).³

A consequência mais evidente de tal processo foi o também acelerado aumento da taxa de alienação eleitoral – isto é, da soma de votos nulos e brancos com abstenções – em eleições locais, conforme explicitado no gráfico a seguir. O ano de 2012 registrou o então mais alto índice da Nova República, tanto em primeiro quanto em segundo turno, quando mais de um quarto dos eleitores optou por não escolher nenhum candidato (COELHO, 2012). A situação era ainda mais grave nas duas principais cidades do país. Em São Paulo, o somatório da participação de votos nulos e brancos com abstenções foi de 21,6% do eleitorado no primeiro turno das eleições municipais de 2004, passando a 31,26% no pleito de 2012. No Rio de Janeiro, o salto foi de 21,8% para 31,2% (TSE, 2012).

³ A parcela da população que vê os partidos políticos com extrema desconfiança muda de 34,8% para 39,7%, com o congresso nacional saindo de 27,8% para 31,5% no mesmo intervalo de tempo.

Gráfico 2: Abstenção e votos brancos e nulos em eleições locais, em primeiro e segundo turno – 2000/2012



Fonte: TSE, 2012.

Portanto, ainda que Junho de 2013 tenha inequivocamente expressado um rápido agravamento da insatisfação popular com a qualidade da representação das instituições políticas brasileiras, as manifestações daquele mês estiveram longe de se configurarem como inusitadas. Na verdade, considerando as motivações dos protestos e o desgaste institucional que anteriormente vinha se acumulando por décadas, é razoável entender ambos os fenômenos como parte de uma mesma trajetória histórica.

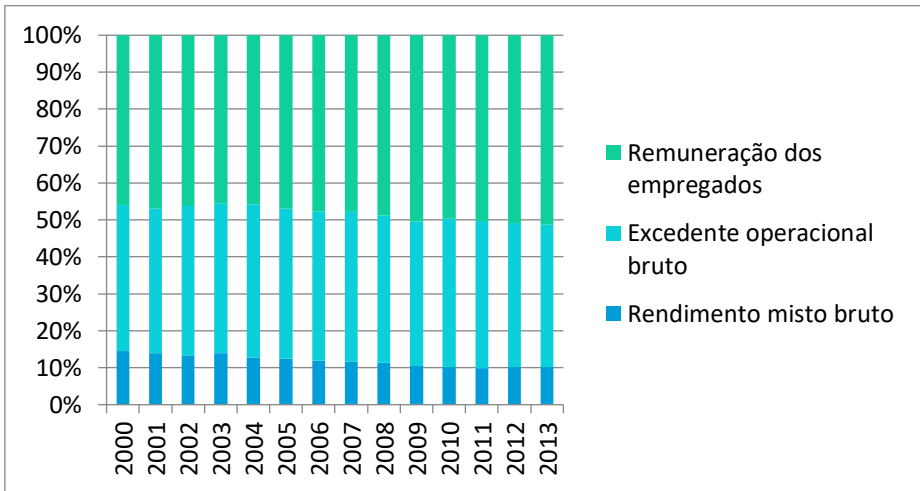
Percepção de degradação das condições de vida nas cidades

Em larga medida, a compreensão de que Junho de 2013 aconteceu “do nada” se ancora em uma suposta improbabilidade de grandes protestos em um momento de expansão econômica e diminuição de desigualdades sociais (SINGER, 2018). De fato, o decênio imediatamente precedente à manifestação, isto é, entre 2003 e 2012, apresentou substancial aceleração do crescimento em comparação ao período entre



1993 e 2002⁴ (IBGE-SCN, 2023). E, sim, conforme a economia nacional ganhava tração, a participação da remuneração de trabalhadores no PIB também crescia em detrimento à participação de lucros e dividendos, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 3: Distribuição funcional da renda 2000-2013

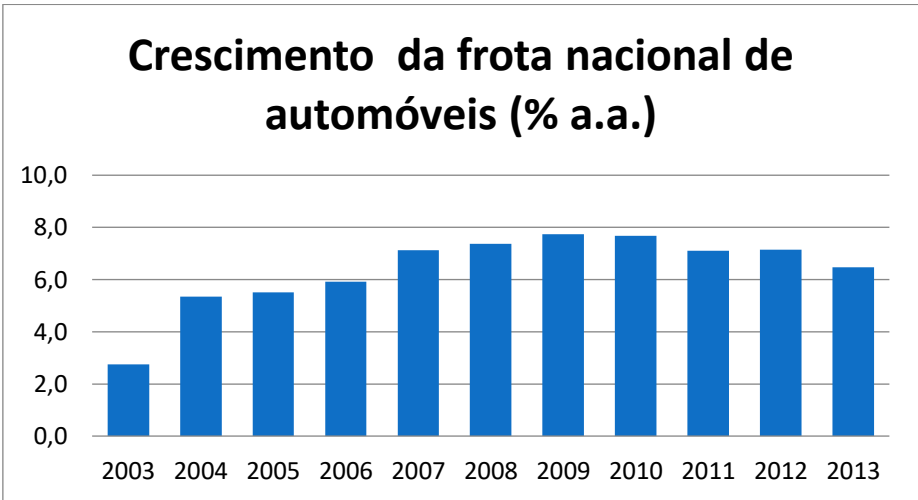


Fonte: IBGE-SCN, 2023.

Contudo, parte dos resultados desse mesmo processo, não capturados pela econometria, foi na contramão do apaziguamento da insatisfação popular com a condição de vida. A mais evidente foi a rápida precarização do transporte urbano nas grandes cidades. Em função de diversos incentivos governamentais direcionados à indústria automobilística, houve uma expressiva aceleração do crescimento da frota de automóveis no Brasil, sobretudo entre 2007 e 2012, quando a taxa de crescimento anual excepcionalmente se manteve acima de 7% (SENATRAN, 2023). Com um número muito maior de carros nas ruas, houve um abrupto aumento do tempo de deslocamento casa-trabalho nas regiões metropolitanas do país (PERO e STEFANELLI, 2015; IPEA, 2013).

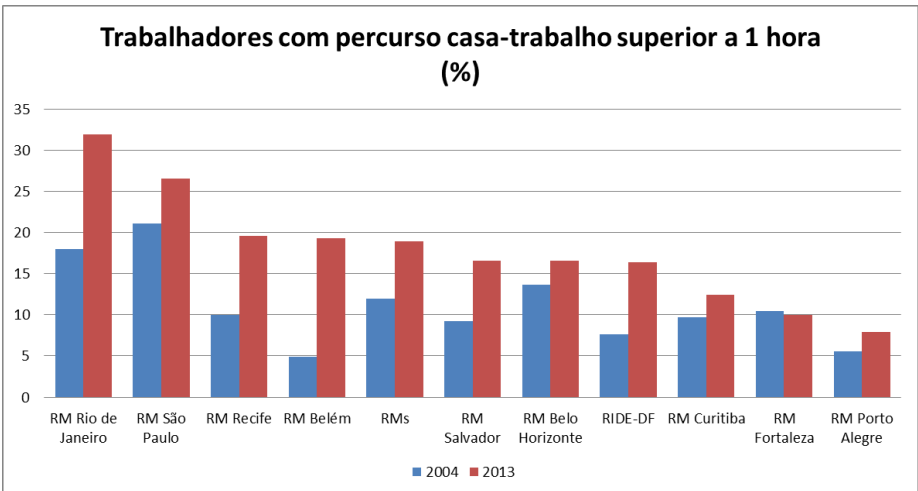
⁴ A média anual do crescimento do PIB saiu de 3% a.a., entre 1993 e 2002, para quase 4% a.a., entre 2003 e 2012 (IBGE-SCN, 2023).

Gráfico 4: Crescimento da frota nacional de automóveis 2003-2013



Fonte: SENATRAN, 2023

Gráfico 5: Proporção de trabalhadores com percurso casa-trabalho superior a uma hora, em 2004 e 2013



Fonte: IBGE-PNAD, 2013

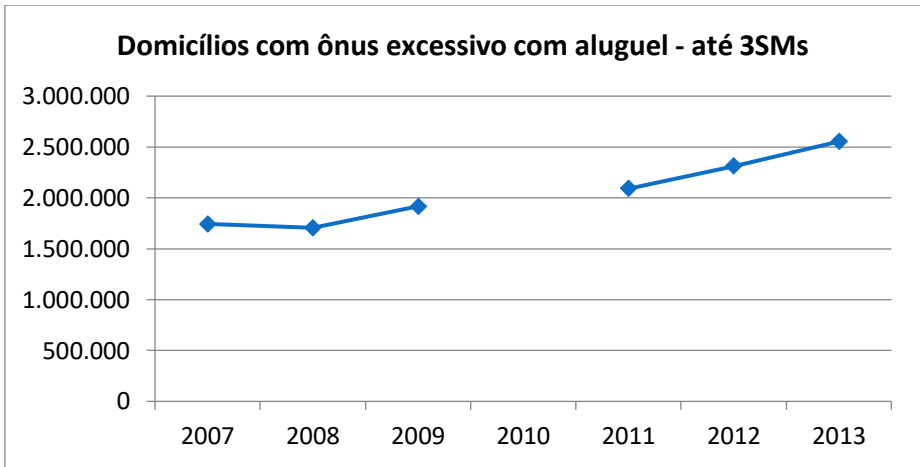
Tal situação foi particularmente agravada nas duas mais populosas RMs do país: entre 2004 e 2013, a proporção de trabalhadores que perderam mais de uma hora para chegar ao trabalho variou de 18% para 32% no Rio de Janeiro e de 21% para 27% em São Paulo (IBGE-PNAD, 2013). Concomitantemente, nessas mesmas cidades, ocorre uma valorização desproporcional do preço das tarifas de ônibus intraurbanos. No município de São Paulo, esse custo cresceu 63% acima da inflação, entre 2003 e 2013.⁵ Já no Rio de Janeiro, entre 2006 e 2013, o aumento real foi de 13%.⁶

Cabe, ainda, notar que a degradação das condições de mobilidade urbana descrita anteriormente esteve também diretamente associada à piora das condições habitacionais. Entre janeiro de 2008 e junho de 2013, houve valorização superior a 100% do preço de aluguéis nas RMs brasileiras (FIPE-ZAP, 2023), fazendo com que o número de famílias de até 3 salários mínimos que despendem mais de um terço de seus rendimentos com aluguel subisse de 1,7 para 2,5 milhões – um aumento de 50% em apenas cinco anos (FJP, 2011, 2016). Isso, combinado com a remoção direta de dezenas de milhares de pessoas justificada pela preparação para os megaeventos esportivos (CPCMO, 2014), criou uma tendência à maior periferização da população mais vulnerável das RMs, gerando um distanciamento maior em relação ao centro de geração de empregos e, assim, contribuindo para a agudização da crise dos transportes urbanos.

⁵ Em janeiro de 2003, o valor da tarifa na cidade era de R\$1,40. Com o aumento de junho de 2013, a tarifa chegava a R\$3,20 – um aumento de 128% em 10 anos (SPTRANS, 2023). Já o IPCA acumulado foi de 64,5%, gerando um aumento real da tarifa de 63%.

⁶ Em meados de 2006, a tarifa mais barata no Rio de Janeiro era de R\$1,90 (MENDONÇA, 2006). O aumento de junho de 2013 estabelecia o novo preço único de R\$ 2,95, um acréscimo de 55% em relação a 2006, enquanto o IPCA havia variado 42%.

Gráfico 6: Ônus excessivo com aluguel 2007-2013. O indicador corresponde ao número de famílias urbanas com renda familiar de até três salários mínimos que moram em casa ou apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem mais de 30% de sua renda com aluguel



Fonte: FJP, 2011, 2012, 2015, 2016

De maneira semelhante, alguns resultados aparentemente na contramão do ciclo expansionista da economia também puderam ser sentidos na percepção sobre a saúde e a educação no país. Ao longo dos dez anos que antecederam as manifestações, esses setores rapidamente saíram de uma posição coadjuvante e se tornaram o centro das preocupações dos brasileiros, enquanto outros temas antes centrais perdiam relevância, sobretudo desemprego e miséria/fome. Se em 2003 apenas 6% da população identificava os serviços de saúde como o principal problema nacional, em dezembro de 2012 tal proporção salta para 40%. Ainda que de forma mais suave, os serviços educacionais acompanharam essa tendência de aumento da insatisfação, passando de 3% para 11% ao longo do mesmo período. Seis meses antes das manifestações, portanto, 5 em cada 10 brasileiros identificavam ou a educação ou a saúde como a grande deficiência brasileira (DATAFOLHA, vários anos).

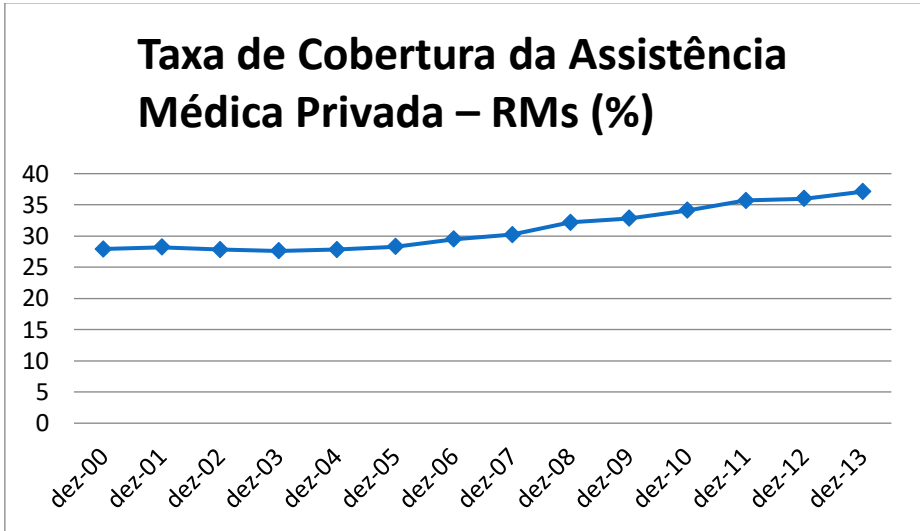
Em um contexto de relativa melhoria da renda média brasileira, esse processo de crescente crítica popular a tais serviços públicos está relacionado à rápida aceleração da adesão aos sistemas privados. A taxa de cobertura da assistência médica privada saltou de 27% para 36% da população das RMs, entre 2003 e 2013 (ANS, 2023). Similarmente, somente entre 2007 e 2013, o número de matrículas registradas em escolas de ensino básico privadas cresceu 35%, enquanto as matrículas da rede pública diminuíram em 11% (INEP, 2023).⁷ Além disso, ao menos no setor de saúde, mesmo o sistema privado despertava crescente descontentamento em seus usuários, pois o número de reclamações contra planos de saúde aumenta em quase 200%, apenas entre 2010 e 2013 (ANS, 2023),⁸ indicando insatisfação com o conjunto dos serviços, independentemente do regime administrativo.



⁷ Este dado se refere à soma das matrículas em ensino infantil, fundamental, médio, profissional e educação de jovens e adultos, conforme consta no censo da educação básica (INEP, 2023).

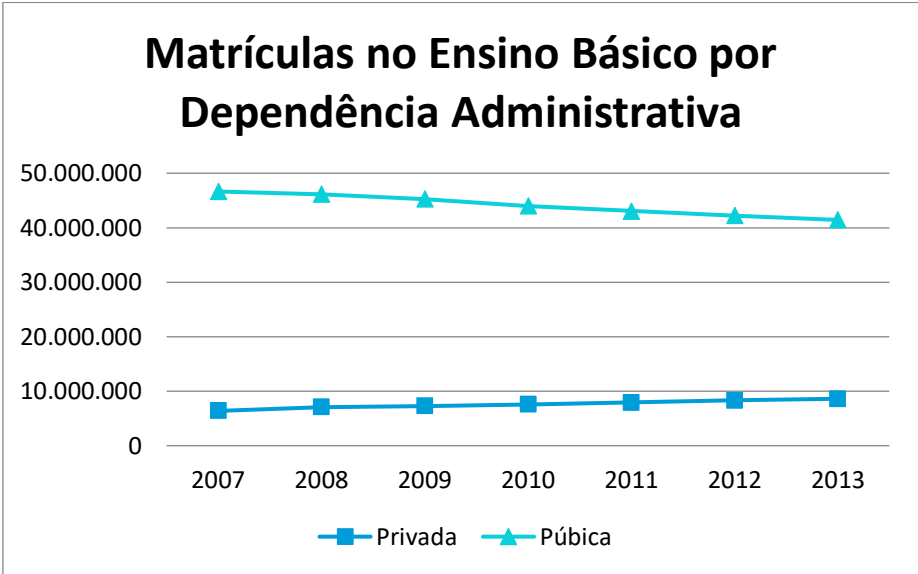
⁸ No período, os registros de reclamações foram de 2.855 para 8.367 (ANS, 2023).

Gráfico 7: Taxa de Cobertura da Assistência Médica Privada nas Regiões Metropolitanas 2000-2013



Fonte: ANS, 2023.

Gráfico 8: Matrículas na Educação Básica no Brasil. 2007-2013



Fonte: INEP, 2023

Assim, considerando esse conjunto de informações, evidencia-se que a insatisfação com os serviços de transporte, saúde e educação expressa pelos manifestantes em junho de 2013 estava longe de indicar uma súbita e injustificada reclamação. Ao contrário, naquele momento estava em curso uma tendência de rápido acúmulo de frustrações com a degradação das condições de vida urbana nas principais metrópoles do país. É a acelerada transformação que estimula a ampla disseminação da percepção negativa.

Dois fatores extraordinários foram adicionados a esse contexto já problemático, agravando decisivamente a situação. Primeiro, ocorre a priorização de investimentos voltados à infraestrutura de apoio a diversos megaeventos esportivos, em especial a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas, que juntos acabaram por consumir o equivalente a R\$ 90 bilhões do orçamento público (GÓES, 2021). O descolamento das demandas infraestruturais das entidades organizadoras desses eventos frente às

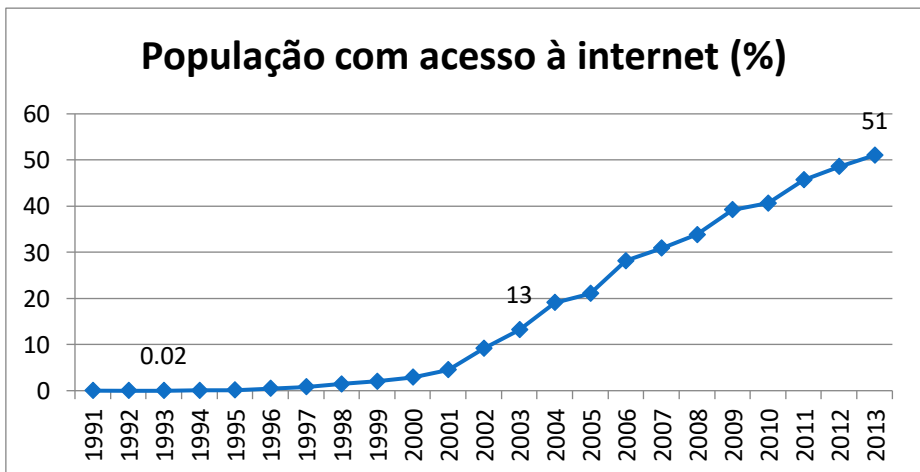
demandas da população causou generalizado estranhamento, cujos resultados foram sentidos na expressiva e crescente mobilização da sociedade civil no período pré-2013 (CPCMO, 2014).

Em segundo lugar, ocorre a excepcional abertura de novos canais de comunicação, que puderam dar vazão às crescentes frustrações, conforme ilustrado a seguir.

Expressão e disseminação das insatisfações

A utilização da internet e das redes sociais foi um elemento crucial das manifestações. Considerando a série histórica, o ano de 2013 é um marco, pois pela primeira vez mais da metade da população brasileira tinha acesso à internet. A inserção dos brasileiros no espaço virtual foi meteórica: se entre 1993 e 2003 foram incluídos pouco mais de 10% da população, de 2003 a 2013, o acesso à rede se expandiu de 13% da população para 51%, conforme visualizado no gráfico abaixo. Os anos que antecederam as manifestações de junho de 2013 registraram a expansão mais intensa do acesso à internet na história brasileira.

Gráfico 9: Acesso à internet no Brasil 1991-2013



Fonte: Worldbank, 2023

O crescimento da utilização das redes sociais nos anos imediatamente anteriores aos protestos está diretamente associado a essa tendência. O Facebook, que desempenhou papel central como ferramenta de mobilização das manifestações, conforme visto anteriormente, teve aumento de mais de 600% no número de usuários, apenas entre fevereiro de 2011 e junho de 2013, quando a quantidade de pessoas conectadas a essa rede social no país chegou a 76 milhões (SBARAI, 2013).

Tudo isso acontece em um momento peculiar para os grandes e tradicionais veículos midiáticos, como a TV e o rádio. Se em 2010, apenas 5,5% da população dizia não ter nenhuma confiança nos meios de comunicação, esse percentual mais que dobra em apenas três anos, com 11,8% dos brasileiros expressando extrema desconfiança quanto a tais veículos (IBOPE, vários anos).

Assim, a internet e as redes sociais rapidamente passaram a representar uma nova fonte de informação para boa parte da população frente aos canais tradicionais corporativos – que, por décadas, pautavam a opinião pública de acordo com seus interesses econômicos e ideológicos, e que por isso eram vistos cada vez mais como excessivamente manipuladores (LIMA, 2013). A maior interatividade e a inicial ausência de um controle corporativo mais preciso fizeram das novas redes um meio mais aberto para a expressão sem filtros da população, que cada vez menos se ouvia e se via na TV e nos jornais. É verdade que, alguns meses depois, as empresas que controlavam sites como o Facebook passaram a exercer controle bem mais restrito do tráfego e do alcance das mensagens dos seus usuários, inclusive transformando decisivamente a liberação do pleno potencial de tal alcance em uma mercadoria, com a qual começaram a lucrar exponencialmente. Mas é muito importante ter em mente que, embora essa seja uma prática corriqueira atualmente, não era o caso no momento das manifestações, quando o chamado alcance orgânico das postagens era muito maior (O GLOBO, 2014; GERBAUDO E ROMANCINI, 2020).

Essa rápida inclusão digital, que ainda passava por aperfeiçoamentos nos seus mecanismos de controle corporativo e governamental, se transformou em janela de oportunidade ótima para a expressão, sem intermediações, do crescente descontentamento com a política institucional e com as condições de vida nas cidades já abordadas. É essa combinação que estimula a explosão de Junho de 2013.

O cenário, portanto, equivalia a um barril de pólvora em meio a fios desencapados, que precisava apenas de uma primeira fagulha para explodir. E ela veio na forma dos protestos contra o aumento das passagens de ônibus, organizados pelo MPL.

A circulação transnacional das culturas de protesto: o autonomismo como “chave de leitura” privilegiada das crises

As seções anteriores detalharam o impacto das condições estruturais prévias, que seriam fundamentais como “matéria-prima” da reelaboração política efetuada para gerar as manifestações das massas. Com pouco espaço de dúvidas, a piora das condições urbanas exerceu um papel fundamental nas mobilizações. Contudo, problemas sociais são construídos e, portanto, nunca são autoevidentes (BENFORD E SNOW, 2000). As dificuldades experimentadas pelos residentes nas grandes cidades são enfrentadas todos os dias, sem que, no entanto, essas situações de privação constituam episódios de mobilização.

As próximas seções visam traçar o modo como essas condições estruturais de degradação do ambiente urbano, sentidas especialmente nas últimas décadas, foram transformadas em problemas sociais construídos por meio de enquadramentos interpretativos, culturas de protesto, agendas temáticas e repertórios públicos de difusão de ideias (JOHNSTON, 2016). Sem ideias, não há interpretação sobre o mundo e, portanto, não há ação.

Para Junho de 2013, os ciclos transnacionais autonomista e anti-globalização, iniciados em Seattle, em 1999, foram pontos determinantes. Mais recentemente, o ciclo global pós-2008 concretizou esse processo de difusão de

novas culturas de protesto. A seguir, são traçadas a origem dessas ideias, bem como a circulação e readaptação dessas novas culturas de protesto em episódios de confronto importantes, como ocupações, marchas, intervenções artísticas etc. A hipótese trabalhada aqui sugere que essa circulação de culturas de protesto possibilitou a adaptação desses enquadramentos para a “leitura” do contexto local, em especial daqueles problemas sociais explicitados nas seções anteriores.

A crise de 2008 foi um terremoto de proporções globais, que ajudou a produzir grande desconfiança e animosidade contra as elites econômicas e a classe política. A fé inabalável nos mercados como mecanismos de controle da economia e a hegemonia política que pregava o avanço de reformas liberais com políticas pontuais de mitigação da desigualdade social caíram em descrédito (GERBAUDO, 2017). A começar pela Primavera Árabe nos países do Oriente Médio, secundados pelos Indignados na Espanha e pelo Occupy Wall Street nos Estados Unidos, esses movimentos ficaram marcados pela crítica radical às desigualdades gritantes no contexto pós-crise.

Apesar das diferenças importantes, que não devem ser postas de lado, o que esses movimentos têm em comum é a rejeição às elites econômicas e políticas e a tentativa de combater a monopolização da vida pública urbana pelos poderes econômicos. Para essa nova cultura de protesto, importa retomar o espaço público contra a apropriação neoliberal que vem incidindo sobre as cidades. Isso se manifesta, por exemplo, na adesão a uma “política dos espaços”, isto é, um conjunto de mobilizações que faziam da ocupação permanente das praças públicas sua principal forma de vocalização. Para esses movimentos, a democracia “real” não viria de cima, da classe política institucionalizada, mas, sim, dos espaços reais de deliberação e por meio da criação de novos “mundos” políticos possíveis. Nesse sentido, as ocupações apareceram como repertório privilegiado no combate às elites. Ocupar importantes praças, em locais-chave para o establishment econômico em cidades globais passou a ser a tônica, pois expressava concretamente os ideais de luta contra a austeridade e a

desigualdade econômica. Para além do interesse estratégico de causar transtornos na ordem pública como tentativa de chamar atenção para as pautas movimentalistas, as ocupações visavam também construir “comunidades de experiência”, pautadas no convívio político e na promoção de ideais avessos ao capitalismo (STAGGENBORG, 1998). As ocupações, portanto, eram projetos políticos de construção de “utopias reais” (WRIGHT, 2019).

Tudo isso estava presente no caso da Espanha. Em maio de 2011, manifestantes insatisfeitos com as políticas de austeridade espanholas decidiram chamar uma grande manifestação na praça Puerta del Sol. Nascia ali o movimento dos Indignados. A ocupação permanente não estava nos planos dos manifestantes que, por meio da plataforma “Democracia Real Ya!”, decidiram chamar um protesto para o dia 15 de maio, mais tarde conhecido como 15-M, conclamado como um marco para a nova onda de protestos globais. A convocação pela internet ajudou a difundir as manifestações, transformando o protesto em um movimento de massas. Durante o 15-M, cerca de 20 mil manifestantes ocuparam a Praça do Sol com cartazes com slogans como *Ahora que reflexionen ellos*, *No hay pan para tantos chorizos* e *Democracia Real Ya*. No dia seguinte, 16 de maio, alguns manifestantes decidiram permanecer na praça e montar acampamentos. A ocupação foi duramente reprimida pela polícia, que acreditou conseguir desmobilizar efetivamente os manifestantes e desocupar a praça.

No entanto nos dias seguintes, as manifestações se intensificaram, frustrando autoridades políticas e policiais. Assembleias e ocupações se espalharam pela Espanha e ajudaram a criar um modelo de confronto com base na permanência em espaços públicos urbanos. O 15-M representou um momento importante de articulação de uma “cultura de protesto” que iria se disseminar para outros países. Essa cultura seria marcada pela adesão espontânea, organização por meio das redes sociais, presença da mídia alternativa transmitindo em tempo real as manifestações, pautas contra a desigualdade econômica social e política, aversão às classes políticas e ao

partidarismo como modelo de representação, autonomismo, horizontalismo e a rejeição a modelos burocratizados de organização. Em resumo, a palavra de ordem era a “reconstrução da política” longe dos gabinetes obscuros e dos conchavos da elite no poder.

Também nessa toada, meses depois, o Occupy Wall Street exerceria maior impacto ainda. Tributário das mobilizações da Praça Tahir e de outras ocupações públicas durante a Primavera Árabe, a revista autonomista canadense *Adbusters* convoca manifestantes, em fevereiro de 2011, para se congregarem no centro de Manhattan, em Nova York, contra a influência das megacorporações na democracia estadunidense. A convocação, que inicialmente foi nomeada como A Million Man March on Wall Street, foi rebatizada como Occupy Wall Street em abril daquele ano (CALHOUN, 2013; GERBAUDO, 2017). O protesto foi pensado como uma crítica à falta de consequência para os responsáveis pela Grande Recessão de 2008. A ideia era tomar de assalto a praça Bowling Green Park onde fica a estátua Charging Bull, símbolo da cultura empresarial norte-americana e, portanto, alvo dos manifestantes.

No entanto, a polícia descobriu com antecedência os planos dos ativistas e o Zuccoti Park apareceu como segunda opção. Como a praça era uma propriedade privada, a polícia de Nova York não pôde retirar os manifestantes. Essa combinação de condições resultou na ocupação permanente do espaço por 59 dias. O suporte virtual do grupo Anonymous foi fundamental nesse processo, já que o coletivo não somente divulgava imagens das ocupações, mas também servia de anteparo às investidas policiais contra os acampamentos, ajudando a divulgar locais de manifestação, ameaçando invadir sites oficiais da polícia de Nova York, distribuindo peças visuais de divulgação, dentre outras formas de hacktivismo (CAREN E GABY, 2011). A ocupação também se valeu da hashtag #OccupyWallStreet como método de divulgação de ideias nas redes sociais. O slogan “Nós somos o 99%” (*We are the 99%*) ganhou notoriedade e virou marca

registrada das manifestações ligadas ao Occupy, sendo expressão da mentalidade anticapitalista do movimento.

Com esse apoio crescente nas ruas e na internet, em duas semanas o movimento se difundiu. Nos meses seguintes, cerca de 951 cidades em 89 países serviram de palco para protestos ligados ou inspirados pelo Occupy Wall Street (VASI E GABY, 2016). As máscaras do rebelde Guy Fawkes se popularizaram como estética ativista, dando as caras inclusive na ocupação de praças brasileiras no fim daquele ano e, posteriormente, nos protestos de junho.⁹ As mobilizações serviram de modelo para uma cultura global de protesto. Esses episódios variados, como os Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street, em Nova York, a Primavera Árabe, no Oriente Médio, e a ocupação do Ghezi Park, na Turquia, são facetas do mesmo fenômeno global que coloca as cidades como palco de disputas entre os que as entendem como valor de uso e o poder econômico que as veem como valor de troca. É nesse contexto transnacional de revolta e resistência contra elites econômicas e transformações urbanas em larga escala que os protestos brasileiros aconteceram.

Vale lembrar que, no Brasil, as ocupações no campo e na cidade têm se disseminado desde o contexto pós-redemocratização, muito antes do ciclo global dos anos 2010, operando como campos de difusão de ideias, locais para “treinamento” de ativistas e espaços de reprodução de determinadas culturas de mobilização. No contexto anterior a junho, as ocupações urbanas, de praças e prédios, foram fundamentais na difusão de princípios anarquistas, autonomistas e anticapitalistas, funcionando como pontos focais importantes para fornecer leituras políticas acerca de situações problemáticas no contexto

⁹ Guy Fawkes foi um soldado inglês que participou da Conspiração da Pólvora, na qual se pretendia assassinar o rei protestante Jaime I, com o intuito de promover um levante católico. A figura histórica serviu de inspiração para o personagem V, da graphic novel *V de Vingança* (1997), de Alan Moore, cuja adaptação cinematográfica, em 2005, fez enorme sucesso comercial e exerceu grande impacto político e cultural. Em 2008, o grupo Anonymous passou a adotar as máscaras do personagem V como símbolo de autoidentificação.



urbano nacional. A próxima seção retrata esse percurso buscando evidenciar tanto o processo de criação de uma tradição nacional de ocupações quanto a adaptação criativa do repertório internacional que permitiu difundir novas interpretações sociais sobre os problemas urbanos.

A virada autonomista: anticapitalismo e insurgências urbanas antes de junho de 2013

No Brasil, durante os anos 2000, esse movimento de retomada dos espaços públicos passa a ter forte influência no cenário político de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife, dentre outras capitais. Nesse contexto, temos nas ruas, de um lado, os movimentos criados durante as transformações políticas, econômicas e sociais da redemocratização e, de outro lado, uma geração mais nova buscando compreender como a esquerda burocratizada foi incapaz de dar conta de todas as demandas sociais.

Os embates no Fórum Social Mundial (FSM), em 2001, simbolizam esse momento. A coalizão que organizou o fórum se baseou em um equilíbrio frágil, mas importante na construção dessa nova cultura de protesto, pois os conflitos estruturais experimentados pela população foram lidos e traduzidos por tal coalizão e sua visão de mundo. E, nesse âmbito, o autonomismo, como forma de gestão política, passa a ser a marca da década, mesmo nas esquerdas clássicas.

Assim, no início do século, a cultura de protesto autonomista foi reacomodada num ambiente em que as esquerdas estavam no poder, permeado por tensões e dissonâncias cognitivo-políticas. A necessidade do governo em conduzir e produzir coalizões governistas entrava em rota de colisão com suas bases sociais que emergiram no momento pós-redemocratização. Essa dificuldade facilitou a construção de movimentos que procuravam passar ao largo da lógica burocratizada, tanto do governo como dos sindicatos e partidos políticos e outras formas de organização hierarquizadas. Os autonomistas representavam mais do que uma subcultura urbana, mas uma mudança no perfil e no estilo de se fazer política nas grandes cidades.



Essa subcultura urbana que reunia autonomistas, anarquistas, punks e outros estilos de contestação social e política vinha se constituindo paulatinamente desde pelo menos o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000. Com a aurora do século, a agenda anticapitalista latino-americana girava ao redor dos tratados de livre-comércio, como a ALCA e a NAFTA. Antes da chegada do PT ao comando do governo federal, a frente anticapitalista congregava movimentos sociais, partidos e sindicatos ligados ao processo de redemocratização, na forma de uma franja formada por estudantes, anarquistas e grupos autonomistas (RODRIGUES, 2018).

Há alguns exemplos emblemáticos dessas mobilizações. Em 21 de abril de 2001, 600 manifestantes ocuparam a Avenida Paulista contra a reunião de chefes de Estado sobre a Alca. Os manifestantes distribuíram panfletos e gritaram o slogan A rua é do povo, vamos ocupar! A polícia procurou impedir o avanço da manifestação na Avenida Paulista e reprimiu os manifestantes com bombas de gás. Revidando, os manifestantes recuaram para as ruas do entorno e arremessaram paus e pedras contra comércios vizinhos ao saguão da Fiesp, como as lojas do McDonalds, Bobs e Caixa Econômica Federal. A matéria da *Folha de São Paulo*, faz referência ao Bloco de Preto:

Uma manifestação anti-ALCA organizada por estudantes, grupos anarquistas e punks terminou ontem em confrontos com a polícia e depredação de lojas e prédios comerciais na avenida Paulista (...) ‘De quem é a rua, a rua é nossa’ gritavam os jovens vestidos de preto enquanto perseguiam um policial que foi parar por engano no meio da marcha dos ativistas anti-globalização (...). (FOLHA DE S. PAULO, 2001)

As discordâncias com a esquerda mais tradicional começaram a tomar forma a partir do Fórum Social Mundial (FSM), pensado como estratégia de “contracúpula” em oposição ao Fórum Econômico Mundial, de Davos. O primeiro fórum, realizado de 25 a 30 de janeiro de 2001, foi organizado por uma comissão de movimentos sociais, sindicatos e organizações da sociedade civil,

na cidade de Porto Alegre. Segundo Coradini (2008), o FSM abordou as mais diversas temáticas, como gênero, pobreza e transporte. Registrou-se até mesmo a presença de empresários interessados no tema da cidadania. A rejeição às formas engessadas de deliberação, pautadas na hierarquia e na excessiva institucionalização das lutas e demandas, foi tematizada como algo a ser ultrapassado. Todas essas questões levantadas foram objeto de extenso debate por parte dos grupos participantes – e mais tarde iriam aparecer frequentemente nas formas de mobilização e organização dos grupos autonomistas em junho.

Entretanto, já em meados dos anos 2000, a ideia das “contracúpulas” estava desgastada e o foco passou a ser a fundação de grupos locais com pautas e demandas específicas, na forma de organizações horizontais, sem hierarquias e com forte foco na construção do consenso interno. Nessa concepção, era especialmente importante não delimitar uma participação exclusivista, com burocracias centralizadoras, fomentando muito mais as “redes” de ativistas, movimentos e grupos aliados e reunidos por meio de um pertencimento flexível e versátil. Daí a linguagem dos comitês, das redes e dos fóruns como estratégia de automeação e de operação prática.

Exemplos dessa nova dinâmica são a fundação, em 2002, no Rio de Janeiro, do grupo organizador da Marcha da Maconha e do Movimento Passe Livre (MPL), criado na esteira dos embates durante o Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005. Em 2008, foi a vez da Frente de Resistência Urbana. Em 2010, com a aproximação dos megaeventos nas cidades brasileiras, foi fundado no Rio de Janeiro o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Em 2012, o Rio de Janeiro também viu a fundação do Fórum de Lutas contra o Aumento das Passagens. Em resumo, houve o surgimento de um conjunto de mobilizações focalizadas na produção de discursos contra-hegemônicos, inclusive dentro da própria esquerda.

A partir dos anos 2010, essas mobilizações começam a produzir novos enquadramentos da questão urbana. Diferente dos ciclos de protestos



anteriores, que eram em sua maioria concentrados em áreas centrais da cidade, as manifestações foram se espalhando, chegando às periferias urbanas, e se desviaram dos padrões concentrados de protesto. A ideia de ocupar outros espaços públicos passa a ser uma das principais estratégias utilizadas pelos movimentos autonomistas.

Diferentemente das ocupações dos movimentos de trabalhadores sem teto, esses movimentos se organizavam em modelos parecidos com as “ocupas” europeias dos anos 2000. As “ocupas” ou “okupas” eram ocupações de prédios e edifícios abandonados e que congregavam não somente membros dos movimentos sem-teto, mas também autonomistas, coletivos artísticos, ativistas antiglobalização, punks etc. De modo geral, essas ocupações não se restringiam somente a prédios públicos. Uma vez que as manifestações tinham um forte cunho antiglobalização, na esteira da onda Occupy, os ativistas se direcionavam para praças públicas ou locais em frente às residências de políticos ou sedes de empresas. Eram ocupações de caráter marcadamente autonomista e voltadas para uma diversidade de pautas, com especial foco na questão urbana em suas múltiplas dimensões. Esses espaços serviam como pontos de encontro de manifestantes do campo autonomista e como local de discussão, debate e difusão de ideias.

Um exemplo dessa forma de mobilização então em processo de disseminação é o Ocupa/Acampa Sampa, surgido no dia 15 de outubro de 2011. Durante cerca de 2 meses o Ocupa Sampa armou tendas e barracas no Vale do Anhangabaú a partir das chamadas do 15O, o 15 de outubro, evento convocado pelo Movimento dos Indignados na Espanha. Durante o pico de mobilizações, o local foi tomado por cerca de 250 barracas, com cerca de 600 participantes ali residindo. O Ocupa Sampa foi o ponto de culminância de vários movimentos autonomistas que se mobilizaram em 2011: as campanhas pelo Passe Livre, em janeiro daquele ano, a Marcha da Liberdade e a Marcha das Vadias, em maio e junho respectivamente, além, é claro, das mobilizações em torno da Copa do Mundo.



Os ativistas da Ocupa tiveram importante papel na difusão dos levantes antiglobalização e do Occupy na cena autonomista paulistana. A agenda como um todo representava uma mudança importante na cultura de protesto. No manifesto do Ocupa Sampa lê-se, por exemplo:

Novos ventos sopram no mundo. A força das ideias e da organização dos povos recoloca esperanças diante da melancólica ordem imposta pelos poderosos. Uma sociedade pautada pelas regras infinitas do mercado é uma sociedade sem futuro. O povo que se levanta em todos os continentes é rebelde por muitas causas. O autoritarismo das péssimas condições de vida somado à prisão de ser governado por regimes pseudo-representativos é o que dá o tom deste novo grito. O atual sistema econômico, desesperado diante de sua própria crise, arranca mais e mais direitos sociais justamente de quem vive do trabalho. As elites do globo tentam transformar sua falência em mais exploração do povo. Os regimes políticos, por sua vez, demonstram esgotamento e incapacidade total de refletir as vontades das maiorias. Hoje em dia, quem paga manda. E é assim em todas as partes, sejam elas comandadas pelas ditaduras com cara de democracia ou as democracias com corpo de ditadura. Nas ruas e praças a população vem corrigir os desavisados: a história não acabou. Não queremos mais ser “sem-direitos”. Queremos muito. E vamos atrás desse mundo novo pois somos indignad@s. Mas não só. Somos também irredutíveis. Insaciáveis. (OCUPA SAMPA, 2011)

O trecho salienta a conexão entre as pautas urbanas, a falta de representação política e as desigualdades sociais encarnadas na péssima qualidade de serviços públicos e na falta de acesso à cidade. A luta era direcionada contra a lógica do “quem paga manda”, revelando uma recusa em aceitar a mercantilização da vida no interior das cidades. Vale destacar que a

experiência das ocupas se difundiu nas capitais brasileiras com acampamentos também em Belo Horizonte, Recife, Salvador, Brasília e Rio de Janeiro.

Esses espaços públicos ou semiprivados serviam de locais para aulas públicas, discussões, pontos de encontro para organização dos protestos, exibição de filmes e outras atividades culturais. Em resumo, eram áreas de convivialidade política. Mais do que um espaço disruptivo na cidade, as ocupações representavam um importante papel de intermediação cultural e política entre as ideias vindas do Occupy e o cenário de contestação urbana.

Figura 2: Panfletos de Divulgação do Cine Ocupa, São Paulo, 2012



Fonte: <https://ocupasampa.milhara.org/>

Os temas e atividades eram votados em assembleias e decididos por consenso. Esses locais serviam, portanto, como espaços de tradução dos enquadramentos políticos e da cultura de protesto global para o contexto nacional, mobilizando repertórios de protesto, temas e estilos de ativismo que incorporaram uma trajetória de conflitos particulares.

No Rio de Janeiro, o Ocupa Cinelândia também veio na esteira das convocações do 15O em 2011, mobilizando o mesmo repertório tático de ocupação permanente de espaços, ação direta, engajamento com as mídias alternativas e destaque às pautas anticapitalistas, antiglobalização e foco nos problemas urbanos. Meses depois, o grupo é dispersado pela repressão policial. Parte de seus membros, em meados de 2012, se estabelece como uma acampada em frente à casa do então governador do estado, Sérgio Cabral (PMDB), no Leblon, na zona Sul do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 2012). O grupo tinha um forte caráter de contestação contra o governador e suas relações estreitas com grandes empresários, bem como sua participação nas decisões sobre remoções de comunidades pobres para os megaeventos. Mesmo sendo desfeita, essa mesma ocupação seria retomada em Junho de 2013 (BORGES, 2017). Portanto, esse foi um ponto importante de inflexão das ocupações no Brasil, uma vez que ajuda a entender a ponte entre o autonomismo dos anos anteriores e as mobilizações em junho.

Figura 1: Ocupa Cinelândia, no fim de 2011



Fonte: Thompson, 2011.

Figura 2: Ocupa Cabral, em julho de 2013



Fonte: Borges, 2017.

Desse modo, para os ativistas, as obras da Copa do Mundo estavam indissociavelmente ligadas a esquemas de corrupção e à mercantilização da vida urbana. A pauta anticorrupção esteve profundamente ligada à pauta urbana, haja vista a contestação à remoção da Vila Autódromo e da Aldeia Maracanã, por exemplo, no Rio de Janeiro, serem indissociáveis da crítica à estreita relação entre governos e empreiteiras e à priorização de megaeventos esportivos em detrimento das demandas da população. Ambas as comunidades eram pontos centrais nos planos de implementação de megaeventos como os Jogos Panamericanos, em 2007, a Copa do Mundo, em 2014, e os Jogos Olímpicos, em 2016. Em resumo, os sinais da avalanche que seria Junho já estavam sendo enviados.

O autonomismo como moldura simbólica: a crise urbana e o estopim das revoltas

Esse cenário de multiplicação das ocupações, das subculturas autonomistas e de um conjunto de mobilizações em torno da questão urbana desaguou já no começo de 2013. Em janeiro daquele ano, a notícia de que o aumento das passagens seria da ordem de 15% causou rebuliço em Porto Alegre. Em março de 2013, Porto Alegre havia decretado o aumento para R\$3,05 e uma onda de manifestações se espalhou. Após os protestos de janeiro e fevereiro, o conflito na capital gaúcha se intensificou após o ato no dia 28 de março. A passeata contou com o apoio da população, que, nos prédios ao redor da Avenida João Pessoa, abanavam com lençóis brancos em sinal de simpatia aos manifestantes. Após passeata, os manifestantes ocuparam as escadarias da Prefeitura porto-alegrense e tentaram arremessar tinta no Secretário Municipal de Governança, César Busatto (PMDB). Os manifestantes forçaram a entrada na Prefeitura, gritando palavras de ordem como A prefeitura é nossa e Abram a casa do povo. A Brigada Militar (BM) interveio com o batalhão de choque e sob os gritos de Recua, polícia, recua. É o poder popular que está nas ruas. As luzes próximas à prefeitura foram apagadas, e bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas com o objetivo de dispersar a multidão.

Mais tarde, em abril, também em Porto Alegre, 5 mil pessoas saíram às ruas para pressionar novamente a Prefeitura, porém, dessa vez, o resultado não foi o confronto. Organizada pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, a marcha havia sido a maior desde o Fórum Social Mundial, em 2005. Segundo o jornal *Sul21*, a manifestação teve o apoio de partidos como PSOL, PSTU e grupos correligionários como ANEL, bem como de assentamentos urbanos como Utopia e Luta, coletivos autonomistas como Movimento Revolucionário e grupos anarquistas, além, é claro, de manifestantes avulsos. Três dias depois, no dia 4 de abril, os efeitos da pressão se fizeram sentir sobre a prefeitura. Levados por Kombis alugadas pelo MST, os muitos manifestantes começaram a chegar ao centro da capital porto-alegrense trazendo faixas, cartazes e vestidos com

máscaras Guy Fawkes. Dessa vez, o protesto reuniu cerca de 10 mil pessoas na capital gaúcha.

Em Goiânia, a situação foi similar. No dia 8 de maio, a Frente Contra o Aumento, composta por estudantes de universidades federais, realizou a primeira manifestação na capital goiana. Compareceram às ruas 600 manifestantes, que, na Avenida Goiás, queimaram pneus e bloquearam as vias de circulação da cidade. Após pequenos conflitos nas ruas, a Tropa de Choque foi enviada ao local para negociar a situação. Novos protestos ocorreram nos dias 16 e 21 de maio, quando o anúncio oficial do aumento das tarifas se deu. A manifestação do dia 16 se caracterizou pela tentativa de ocupação dos espaços da reunião da Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo (CDTC).

Na cidade de São Paulo os protestos contra as tarifas foram comuns durante o governo de Dilma Rousseff. A prefeitura de São Paulo e o governo do Estado de São Paulo anunciaram, em 22 de maio de 2013, o aumento das tarifas de transporte público, sendo que o valor tarifado passou de R\$3,00 para R\$3,20. O preço da tarifa não variava desde 2011, quando nesse mesmo ano o MPL/SP organizou protestos pela cidade de São Paulo, sem contar com a participação maciça da população. A partir daí, o Movimento Passe Livre – São Paulo (MPL/SP) passou a se mobilizar e a chamar “atos” em prol da redução dos preços.

Os primeiros protestos em torno das tarifas de transporte em 2013 foram marcados pela baixa adesão da população e pela presença de ativistas anarquistas, punks e ativistas “antissistema”. Tais protestos não eram marcados pela forte presença de setores políticos mais tradicionais como ativistas socialistas, partidos, sindicatos etc. No dia 28 de maio, em uma reunião do Movimento da População de Rua com o então prefeito da cidade, Fernando Haddad (PT), cerca de 10 manifestantes vestidos de preto e usando correntes invadiram o evento. Palavras de ordem como Haddad mercenário/ o 'busão' tá muito caro, se sucediam às vaías. A interrupção do evento não agradou a plateia, composta por 200 moradores de rua e membros de movimentos populares de

habitação. Segundo a imprensa, os manifestantes não participavam do Movimento Passe Livre. Eram autonomistas num sentido mais estrito.

De todo modo, esses eventos de protesto em sua maioria pequenos, salvo em campanhas já passadas no ano de 2011, reuniam pouco mais de alguns milhares de manifestantes. Contudo, não se deve negar o relevo desses protestos para a criação de um ambiente de insatisfações políticas. Tanto na escala espacial dos municípios quanto no nível nacional, a percepção era de contradição entre o volume de investimentos para obras de megaeventos, denúncias de corrupção e a ausência de investimentos em setores estratégicos do serviço público.

As mobilizações contra as obras da Copa, por exemplo, começaram a tomar corpo a partir de 2011 e 2012. O primeiro ato Copa Pra Quem? marcou o início de campanhas contra a organização do megaevento na cidade de São Paulo. O evento ocorreu no dia 1º de dezembro de 2012 e serviu como lançamento do manifesto oficial de lançamento da campanha. Cerca de 50 associações, incluindo movimentos sociais e associações civis, assinaram o documento. A data do evento não foi fortuita. No mesmo dia ocorreu o sorteio das chaves dos jogos para a Copa das Confederações.

Os movimentos em torno da Copa do Mundo não foram os únicos a protestarem nesse dia. Em São Paulo, a ONG Rio da Paz também convocou protestos contra o descaso das autoridades brasileiras em relação à questão da segurança. Vestidos com máscaras de Guy Fawkes, os ativistas procuraram denunciar as contradições do investimento na Copa do Mundo contra os baixos recursos dedicados à segurança pública. Esses protestos continuaram pequenos e esporádicos, mas serviram de baliza para um campo de atuação política nas cidades-sede da Copa, cuja efervescência em junho ficaria gravada adiante.

No Rio de Janeiro, o estopim pode ser traçado com as mobilizações em torno da Aldeia Maracanã. O antigo prédio do Museu do Índio, sediado nas imediações do complexo do Maracanã, estava ocupado desde 2006 por 30

indígenas de cinco etnias. Com as obras da Copa do Mundo de 2014, o governo estadual, sem qualquer aviso prévio ou compensações, decidiu pela desocupação compulsória do edifício. O episódio se tornou um ponto de intensa mobilização. Os ativistas remanescentes da Ocupa Cinelândia, movimentos indigenistas, grupos autonomistas, movimentos por direitos humanos e ativistas de vários movimentos sociais urbanos ajudaram a coordenar a resistência às ordens de desocupação. Os protestos mobilizaram o mesmo repertório tático e as culturas de protesto autonomista vivenciadas nas experiências da década anterior, associando-as à reivindicação pelos direitos de permanência nos locais e a crítica às violentas intervenções urbanas motivadas pela política de priorização dos megaeventos.

Há, portanto, uma influência fundamental do autonomismo em Junho. Para além da mera questão do protagonismo dos protestos ou das teses do sequestro da direita a partir do final do mês, é importante destacar que o autonomismo foi um importante moldura simbólica de leitura dos problemas urbanos, econômicos e sociais daquele momento. Foi a partir dela que disseminou-se a ideia de que uma elite política e econômica ambiciosa representada pelos interesses privados e pela coalizão governista, paradoxalmente capitaneada por um partido da esquerda tradicional, sendo o produto de uma longa cultura de protesto autonomista e antiglobalização.

O autonomismo vai às ruas: dos protestos de junho de 2013 às campanhas contra a copa do mundo de 2014

Os protestos de junho não começaram “do nada”, conforme já sinalizado. Houve uma crescente de mobilizações de inspiração autonomista e que culminaram em Junho de 2013. Isso não quer dizer que somente autonomistas estivessem nas ruas. Longe disso, a magnitude dos protestos se deve a uma somatória de fatores que fogem ao escopo deste artigo. No entanto, importa dizer que o quadro interpretativo fornecido pelas culturas de protesto autonomista teve importante papel no caráter de junho, especialmente no

fornecimento de um vocabulário autonomista de contestação da ordem política. A diversidade de formas e táticas de protesto, a leitura dos problemas urbanos, a rejeição aos modelos elitistas, centralizados e burocráticos de representação política, as tentativas de ocupação permanente dos espaços são um legado fundamental do autonomismo para Junho de 2013.

Em São Paulo, apesar de manifestações menores ao longo do mês de maio, a magnitude dos protestos foi crescendo pouco a pouco a partir do mês seguinte. Os protestos de junho, já bastante cartografados, começaram como mobilizações contra o aumento de 20 centavos na tarifa de transporte público, mas foram incorporando outras temáticas ao longo dos meses. As mobilizações chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), na capital paulista nos dias 6, 11, 13, 17 e 18 tiveram um impacto enorme na difusão dos protestos para outros contextos urbanos. Esses protestos ficaram marcados por confrontos entre manifestantes e a polícia, o uso da tática black bloc, a difusão espacial do protesto para além das praças tradicionais como a avenida Paulista e a Praça da Sé. A coalizão formada pelo MPL, grupos como a Fanfarra do M.A.L, Coletivo DAR, Juntos-PSol, ANEL, torcidas organizadas, grupos anarquistas e partidos de esquerda (PT, PSOL, PSTU e PCO) conseguiram travar a cidade e revogar o aumento das tarifas. No Rio de Janeiro, o Fórum de Luta contra o Aumento das Passagens encabeçou as primeiras manifestações, ainda que sem o mesmo protagonismo do MPL no caso de São Paulo. O primeiro protesto no Rio de Janeiro ocorreu no dia 6 de junho no centro da cidade contra o aumento das tarifas. A marcha na Avenida Rio Branco teve manifestantes com máscaras de Guy Fawkes e confrontos com a polícia.

No dia 12 de junho, em seu quadro durante o *Jornal Nacional*, Arnaldo Jabor declara que a “população só viu um ódio tão grande à cidade quando a organização criminosa queimou dezenas de ônibus”, e que “os revoltosos de classe média” sequer seriam capazes de enunciar as reais motivações de sua revolta e que portanto sequer valiam os 20 centavos pelos quais supostamente lutavam. As declarações ajudaram a inflamar a onda de protestos.



Um dia depois, os protestos se intensificaram no Rio de Janeiro, São Paulo, Natal e Porto Alegre. Nesse dia, instados pela opinião pública, a polícia militar fez uso escalado da força e da contenção da ordem pública. No entanto, a repressão não obteve o efeito desejado e o tiro saiu pela culatra. Jornalistas saíram feridos do confronto entre manifestantes e polícia e as imagens de cinegrafistas com olhos atingidos por balas de borracha viralizaram. A imprensa, que após a ação policial desastrada mudou de lado, denunciou o exagero da operação. Em São Paulo, as tentativas dos manifestantes em finalizar o trajeto na Avenida Paulista, resultaram em um confronto de larga escala com a polícia, naquilo que ficou conhecido como a Batalha da Maria Antônia. No Rio de Janeiro, o cenário também não foi diferente. Confrontos entre manifestantes e a polícia ocorreram na Avenida Presidente Vargas. A pressão sobre a imagem da polícia fez com que a Polícia Militar mudasse as táticas de policiamento.

Nos dias seguintes, as cenas de extrema violência policial correram o país. A imprensa acabou modificando o tom da cobertura após a ação policial acabar ferindo jornalistas e repórteres nas ruas. Com as críticas à truculência policial e a plasticidade do slogan Não é só por 20 centavos, a escala das manifestações mudou de patamar. A partir do dia 17 de junho, diversas cidades pequenas e do interior do país aderiram rapidamente aos protestos. Em São Paulo, a manifestação conseguiu reunir 65 mil pessoas na região do Largo da Batata. No Rio de Janeiro, os protestos foram ainda mais expressivos e sintomáticos. A manifestação contou com cerca de 100 mil participantes que marcharam na Avenida Presidente Vargas. Após bloqueio e uso da Tropa de Choque, manifestantes tentaram invadir o prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Os confrontos se estenderam por boa parte da noite naquilo que ficou conhecido como a Batalha da Alerj.

Nos dias seguintes, a massificação e a entrada de novos atores coletivos e da população, em geral, mudou a tônica das manifestações. Com a revogação do aumento das tarifas no dia 19 de junho, as pautas passaram a compor um amplo espectro de posições ideológicas, ainda que mantivessem o mesmo matiz

antissistema. Os primeiros dias após a fase aguda de Junho são marcados por uma sequência de protestos com participação dos Black Blocs e outros grupos anarquistas e autonomistas contra governadores estaduais – Geraldo Alckmin (PSDB) em São Paulo e Sérgio Cabral (PMDB) no Rio de Janeiro – e uma sequência de atos contra políticos do poder Legislativo e do Executivo. Nos meses de julho a outubro, a dinâmica é fortemente pautada por grupos autonomistas e pela difusão das ocupações ao estilo Occupy Wall Street e do uso da tática Black Bloc.

No dia 28 de julho, por exemplo, os remanescentes do Ocupa Cinelândia em conjunto com novos ativistas autonomistas, black blocs e anarquistas decidiram novamente acampar em frente à casa do governador Sérgio Cabral. Cerca de 30 pessoas pediam o impeachment do então governador. O mesmo grupo seguiu atuante também durante o caso do desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza. Após ter sido abordado por policiais no dia 14 de julho, na favela da Rocinha, Amarildo teria sido conduzido à Unidade da Polícia Pacificadora e depois desaparecido. O episódio ajudou a catalisar campanhas contra a violência policial nas periferias e contra a precariedade das condições de vida nas favelas. Em agosto de 2013, membros do Ocupa Cabral, moradores da Rocinha e black blocs tentaram ocupar a Câmara dos Vereadores, reivindicando a responsabilização do caso e pressionando a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Ônibus (HUMANITAS UNISINOS, 2013). A ocupação durou alguns dias e era mantida por meio de doações e suporte de grupos autonomistas. As manifestações no Rio de Janeiro contra o governador seguiram por todo o mês de agosto daquele ano com várias tentativas de estabelecimento de acampamentos em frente a prédios públicos como o Palácio da Guanabara (PORTAL UOL, 2013).

Houve ocupações também em Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre. Em Belo Horizonte, o alvo foi a Câmara Municipal e logo em seguida a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (Urbel). Manifestantes também montaram barracas em frente à Prefeitura de Belo

Horizonte ao mesmo tempo em que vários atos por melhores condições de vida urbana eram realizados na capital mineira (G1 NOTÍCIAS, 2014). Em Porto Alegre, o Dia Nacional de Lutas, no dia 11 de julho, serviu como pretexto para as ocupações. Demandando melhores condições de transporte público, o Bloco de Luta por Transportes também iniciou uma ocupação da Câmara Municipal (REDE BRASIL ATUAL, 2013).

Somadas a essas reivindicações por transportes e melhores condições urbanas, também começaram a se disseminar mobilizações em torno das obras da Copa do Mundo. Os Comitês Populares da Copa começaram a organizar uma campanha em conjunto com outros atores coletivos como o MTST, MPL, PSOL e grupos autonomistas buscando dar visibilidade aos abusos cometidos em prol do megaevento. Após uma série de protestos menores na capital paulista, o Comitê formulou um grande ato contra a realização da Copa do Mundo em várias capitais no dia 25 de janeiro de 2014. No centro de São Paulo, durante o aniversário da cidade, o protesto batizado de Se não tiver direitos, não vai ter Copa! contou com a participação de 700 pessoas na avenida Paulista. Após as tentativas de chegar ao centro, os manifestantes foram encurralados pela Tropa de Braço, divisão da polícia militar especializada em luta corporal e incapacitação. O protesto foi duramente reprimido. Black Blocs retaliaram depredando símbolos da Copa, fachadas de bancos e comércios.

Contudo, São Paulo não foi o epicentro dos protestos antiCopa. Houve manifestações no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Goiânia, Recife e Curitiba. Os Comitês Populares da Copa seguiram investindo na tentativa de repetir a receita de Junho de 2013, buscando aproveitar a visibilidade dada pela aproximação da Copa. Os comitês locais, com o apoio do MTST, passaram a encampar ainda mais a campanha Não vai ter Copa, iniciada antes mesmo de Junho de 2013. Houve protestos expressivos em capitais e nas cidades-sede da Copa em 13 de março e 27 e 31 de maio. Em 4 de junho, 25 mil pessoas fecharam a avenida Paulista em São Paulo. Os protestos seguiram até o dia da abertura da

Copa do Mundo propriamente dita, no dia 12 de junho, mas perderam fôlego quando a dura repressão policial deu fim à campanha.

Esses protestos eram em sua maioria pequenos, com uso ocasional da tática black bloc e com intervenções artísticas no intuito de chamar a atenção da mídia internacional para as contradições de um país com graves problemas urbanos, mas que dedicava cifras gigantescas à construção de arenas esportivas. A onda autonomista de Junho havia sofrido um duro golpe com os inquéritos policiais, a morte do cinegrafista Santiago Andrade durante protestos em janeiro de 2014 no Rio de Janeiro e as mobilizações em torno do ano eleitoral.

Ainda assim, cabe dizer que Junho foi para além daquele mês, coincidindo com um período de imensa mobilização nacional com moldes inspirados na onda autonomista global pós-crise de 2008. A conjuntura do impeachment, em 2015 e 2016, ajudaria a sedimentar outros problemas políticos e favorecer outro tipo de mobilização pautada nas grandes marchas e menos na ação direta e na ocupação permanente dos espaços. Pautas urbanas acabaram sendo sufocadas dentro do torvelinho de acontecimentos políticos que iriam ocorrer a partir de 2015.

Conclusão

O percurso investigativo traçado até aqui permite afirmar que as origens de Junho de 2013 não foram inusitadas e/ou conspiracionistas como algumas das leituras mais disseminadas defendem, nem foram causadas por impulsos antipetistas. Na verdade, as razões da revolta passaram muito mais pelo agravamento acelerado e combinado da crise de representação, de caráter mais amplo e internacional, e da crise urbana, de caráter mais nacional, que vinha acontecendo ao longo de décadas. Tal afirmação corrobora os resultados de outras pesquisas recentes sobre o tema (ANDRÉS, 2023; SAFATLE, 2023).

Evidenciou-se também que, nesse contexto, determinadas chaves interpretativas, em crescente circulação internacional desde a virada do século, estavam muito bem situadas para prover leituras críticas das referidas crises por confluírem com o tipo específico de crescente insatisfação com a intermediação política e midiática e com a rápida degradação das condições de vida urbana. Essa confluência está impressa não apenas no fato, mais óbvio, do estopim da revolta ter ocorrido durante os protestos do Movimento Passe Livre, que é autonomista e defende uma pauta eminentemente urbana, mas nas próprias peculiaridades da ação coletiva de Junho de 2013, fundadas nas ideias de autonomia, horizontalidade e ação direta. Mais concretamente, isso se expressou na ampla disseminação de práticas como a ocupação permanente de espaços públicos, a utilização de um cartaz diferente para cada manifestante, a transmissão on-line e não mediada dos protestos diretamente das ruas e a violência física e simbólica contra as instituições dominantes. Toda a população nas ruas em Junho de 2013 aderiu, parcial ou totalmente, a esse repertório, independentemente do reconhecimento imediato de sua origem. E essa origem era autonomista/anarquista/anticapitalista, quer se goste disso ou não.

Ironicamente, a bem-sucedida manutenção da ausência de lideranças no controle da revolta, ligada a tais origens, acabou por abrir as portas para participantes inusitados, que por vezes defendiam visões de mundo até

antagônicas às daqueles grupos que definiram as formas das manifestações. Deixaram também espaço fértil para interpretações teóricas viciadas, que, diante do quadro de mobilização marcada pela horizontalidade e por reivindicações por melhorias urbanas, só poderiam ver mágica e conspiração. Não foi apenas o sistema político que não soube interpretar e reagir à revolta, como já apontou Marcos Nobre (2013), mas também os próprios teóricos.

Por último, o privilegiamento da perspectiva histórica permite afirmar que Junho de 2013 foi muito mais resultante do que causador de grandes tendências estruturais da sociedade brasileira. A revolta descontrolada foi fruto, por exemplo, da crescente descrença com o sistema político nacional, e não inauguradora da desconfiança, ainda que seja correto dizer que a excepcional presença de manifestantes nas ruas e seu discurso crítico às instituições ajudou a acelerar tal desgaste. Já as condições urbanas impulsionadoras da revolta se transformaram, mas não a partir do impacto direto dos protestos, pois foi a desaceleração e recessão econômica posterior que decisivamente desacelerou o ritmo de degradação urbana até então em curso. Ainda assim, há importante exceção à regra. Dez anos depois, 75 cidades brasileiras já adotaram a Tarifa Zero como política pública, algo impensável no momento pré-manifestações, quando a proposta era vista como utópica e irresponsável.

Referências

- ALONSO, A. 2023. *Treze: a política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ANDRÉS, R. A. 2023. *Razão dos Centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. São Paulo: Zahar.
- ANS. 2023. “Taxa de Cobertura de Planos de Saúde”. *Agência Nacional de Saúde*. Disponível em: http://www.ans.gov.br/anstabnet/cgi-bin/dh?dados/tabnet_tx.def.
- BENFORD, R. D.; SNOW, D. A. 2000. “Framing processes and social movements: An overview and assessment”. *Annual review of sociology*, v. 26, n. 1, p. 611-639.
- BORGES, H. 2017. “No fim das contas, o ‘Ocupa Cabral’ tinha razão”. *Intercept Brasil*. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2017/09/22/no-fim-das-contas-o-ocupa-cabral-tinha-razao/>.
- CALHOUN, C. 2023. “Occupy wall street in perspective”. *British journal of sociology*, v. 64, n. 1, p. 26-38.
- CAREN, N.; GABY, S. 2011. “Occupy online: Facebook and the spread of Occupy Wall Street”. *Researchgate*. Available at SSRN 1943168, 2011.
- CARVALHO, O. 2013. “A Primeira Vítima”. *Diário do Comércio*, 19 jun. 2013.
- COELHO, M. 2012. “Um em cada quatro eleitores não votou em ninguém”. *Congresso em Foco*. 30 out. 2012. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/um-em-cada-quatro-eleitores-nao-votou-em-ninguem/>.

CORADINI, O. L. 2008. “Les participants et les organisateurs du Forum social mondial: la diversité du militantisme”. *Cultures & conflits*, v. 70, p. 153-175.

CPCMO. 2014. “Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro”. *Comitê Popular da Copa do Mundo e Olimpíadas/RJ*. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2014_web.pdf.

DATAFOLHA. 2013. “Liberais são maioria, e esquerda se sobrepõe à direita entre manifestantes”. 21 jun. 2013. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1299467-liberais-sao-maioria-e-esquerda-se-sobrepoe-a-direita-entre-manifestantes.shtml>.

DATAFOLHA. [Vários anos]. “Qual é o seu partido político de preferência?” Disponíveis em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados?id=560c18bf-b594-400c-8foo-09afoafcoeb2&filtro=&place=BRASIL&dateResearchInitial%5Bmonth%5D=&dateResearchInitial%5Byear%5D=&dateResearchFinal%5Bmonth%5D=&dateResearchFinal%5Byear%5D=&name=1&code=&contentForm=

DATAFOLHA. [Vários anos]. “Qual é o principal problema do país hoje?”. Vários anos. Disponíveis em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados?id=560c19fe-2394-4769-816b-0a7coafcoeb2&filtro=&place=Brasil&dateResearchInitial%5Bmonth%5D=&dateResearchInitial%5Byear%5D=&dateResearchFinal%5Bmonth%5D=&dateResearchFinal%5Byear%5D=&name=1&code=&contentForm=

DIEGUEZ, C. 2022. *O Ovo da Serpente: nova direita e bolsonarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

DUALIBE, J; TOLEDO, J.R. 2013. “Apartidários são maioria no país pela primeira vez. *Estado de São Paulo*”. 19 jan. 2013. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/apartidarios-sao-maioria-no-pais-pela-primeira-vez-desde-a-redemocratizacao/>.

FIPE-ZAP. 2023. “Índice FIPE-ZAP” *Venda e locação*. Disponível em: <https://fipezap.zapimoveis.com.br/>.

FJP. 2011. *Déficit Habitacional no Brasil 2008*. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=73488&codUsuario=0>.

FJP. 2012. *Déficit Habitacional no Brasil 2009*. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76700&codUsuario=0>.

FJP. 2015. *Déficit Habitacional no Brasil 2011-2012*. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76699&codUsuario=0>.

FJP. 2016. *Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014*. Fundação João Pinheiro. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76697&codUsuario=0>.

FOLHA DE SÃO PAULO. “Manifestação na Paulista termina em pancadaria”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2104200127.htm>.

GI NOTÍCIAS. “Manifestantes mantêm ocupação da sede da Urbel, em Belo Horizonte”. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas->

gerais/noticia/2014/07/manifestantes-mantem-ocupacao-da-sede-da-ur-bel-em-belo-horizonte.html.

G1 NOTÍCIAS. “Manifestantes protestam em capitais contra a realização da Copa do Mundo”. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/01/manifestantes-protestam-em-capitais-contra-realizacao-da-copa-do-mundo.html>.

GERBAUDO, P.; ROMANCINI, R. 2020. “A mídia digital e as transformações no ativismo e na política contemporânea”. *Matrizes*, v. 14, n. 1. p. 109-122.

GERBAUDO, P. 2017. *The mask and the flag: Populism, citizenism, and global protest*. Oxford: Oxford University Press.

GLOBO. 2022. “Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes”. *Portal Globo*, 21 jun. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>.

GÓES, C. 2021. “Olimpíada e Copa no Brasil valeram a pena?” *O Globo*, 31 jul. 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/carlos-goes/coluna/2021/07/olimpiada-copa-no-brasil-valeram-pena-25134455.ghtml>.

IBGE-SCN. 2023. “Sistema de Contas Nacionais/Produto Interno Bruto”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9052-sistema-de-contas-nacionais-brasil.html>.

IBGE-PNAD. 2013. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?edicao=18329&t=resultados>.

IBOPE. [Vários anos]. “Confiança nas instituições”. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/por/banco_de_dados?id=560950ad-ce5c-

4afe-9bbd-1c740afcoeb2&filtro=&place=Brasil&dateResearchInitial%5Bmonth%5D=&dateResearchInitial%5Byear%5D=&dateResearchFinal%5Bmonth%5D=&dateResearchFinal%5Byear%5D=&name=2&code=&contentForm=

INEP. 2023. “Número de matrículas por dependência administrativa. *INEPDATA* - Censo Escolar da Educação Básica”. Disponível em: <https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard>.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. “Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012”. *Comunicações do IPEA*. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10338/1/Comunicadoipea_n161.pdf.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 2013. “Moradores da Rocinha, ‘Ocupa Cabral’ e ‘black blocs’ fazem manifestações no Rio”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/13/cabral-culpa-black-blocs-por-confronto-com-a-pm-no-rio.html/>.

JOHNSTON, H. 2016. “Protest cultures: Performance, artifacts, and ideations. In: Culture, social movements, and protest”. *Routledge*. p. 13-40.

JORNAL DO BRASIL. 2012. “Em protesto, estudantes acampam na frente da casa de Cabral: ‘Queremos prisão’”. *Jornal do Brasil*. Disponível em: <https://www.jb.com.br/rio/noticias/2012/08/02/em-protesto-estudantes-acampam-na-frente-da-casa-de-cabral-queremos-prisao.html>.

LEIRNER, P. C. 2020. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida*. São Paulo: Alameda editorial.

LIMA, V. 2013. “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”. In: VAINER, C. *Cidades Rebeldes: passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo. p. 89-94.

- MENDONÇA, A.V. 2006. “Passagem de ônibus convencional sobe de R\$1,90 para R\$2,00 no dia 4”. *Globo-GI*, 01 dez. 2006. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Rio/o,,AA1371670-5606,00.html#:~:text=O%20prefeito%20do%20Rio%2C%20Cesar,meia%20noite%20do%20dia%204.>
- MIGUEL, L. F. 2018. *Dominação e resistência: desafios para uma política emancipatória*. São Paulo: Boitempo.
- NOBRE, M. 2013. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.
- OCUPA SAMPA. 2011. “Manifesto 1”. 16 out. Disponível em: <https://ocupasampa.milharal.org/nosso-manifesto/>.
- O GLOBO. 2014. “Facebook reduz alcance orgânico das páginas”. *O Globo*. 24 mar. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/facebook-reduz-alcance-organico-das-paginas-11968134>.
- ORTELLADO, P.; SOLANO, E. 2016. “Nova direita nas ruas? Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015”. *Perseu - História, Memória e Política*, n. 2: 169-80.
- PORTAL UOL. 2013. “Cabral culpa ‘black blocs’ por confronto entre manifestantes e PM no Rio”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/08/13/cabral-culpa-black-blocs-por-confronto-com-a-pm-no-rio.html/>.
- PERO, V.; STEFANELLI, V. 2015. “A questão da mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras”. *REC - Revista de Economia Contemporânea*, 19(3):366-402.
- PRZEWORSKI, A. 2020. *Crises da Democracia*. Rio de Janeiro: Zahar.

- REDE BRASIL ATUAL. “Manifestantes mantêm ocupação da Câmara de Porto Alegre por transparência no transporte”. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/manifestantes-mantem-ocupacao-da-camara-de-porto-alegre-por-transparencia-no-transporte-113/>.
- ROCHA, C. 2023. “As direitas não precisaram de Junho de 2013”. In: ALTMAN, B.; CARCALOTTO M. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo.
- RODRIGUES, M. N. 2018. *O ciclo dos protestos anticapitalistas globais: dos zapatistas ao Ocupa Sampa*. Dissertação. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, UNIFESP, São Paulo.
- SAFATLE, V. 2023. “O dia no qual o Brasil parou por dez anos”. In: ALTMAN, B.; CARCALOTTO M. *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. São Paulo: Boitempo. p. 97-110.
- SBARAI, R. 2013. “Facebook alcança marca de 76 milhões de usuários no Brasil”. *Veja*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/tecnologia/facebook-alcanca-marca-de-76-milhoes-de-usuarios-no-brasil>.
- SENATRAN. 2023. *Estatísticas-Frota de Veículos*. Disponível em: <https://www.gov.br/transportes/pt-br/assuntos/transito/conteudo-Senatran/estatisticas-frota-de-veiculos-senatran>.
- SINGER, A. 2018. *Lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SPTRANS. 2023. Secretaria Municipal de Transporte e Mobilidade Urbana. *Tarifas*. Disponível em: <https://www.sptrans.com.br/tarifas>.
- STATISTA. *Social media usage in Brazil - statistics & facts*. Disponível em: <https://www.statista.com/topics/6949/social-media-usage-in-brazil/#topicOverview>.

- STAGGENBORG, S. 1998. "Social movement communities and cycles of protest: The emergence and maintenance of a local women's movement". *Social Problems*, v. 45, n. 2, p. 180-204.
- TATAGIBA, L. 2017. "Os protestos e a crise brasileira: um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016)". *Sinais Sociais*, v. 11, n. 33, p. 71-98, 2017.
- TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. 2019. "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 63-96, 2019.
- THOMPSON, N. 2011. "Guy Fawkes mask inspires Occupy protests around the world". Disponível em: <https://edition.cnn.com/2011/11/04/world/europe/guy-fawkes-mask/index.html>.
- TSE. 2012. *Portal de Dados Abertos do TSE/Resultados-2012*. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-2012>.
- VASI, I. B.; SUH, C. S. 2016. "Online activities, spatial proximity, and the diffusion of the Occupy Wall Street movement in the United States". *Mobilization: An International Quarterly*, v. 21, n. 2, p. 139-154.
- WORLDBANK. *Acesso à internet no Brasil*. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?locations=BR>.